

Ações realizadas em 2006

Neste ano findou-se mais uma gestão, oportunidade para fazermos uma retrospectiva e ressaltarmos os principais feitos e conquistas realizadas, bem como os futuros desafios a serem enfrentados para conquistar novamente o status de área livre de febre aftosa e, desenvolver todos os segmentos do sistema de defesa sanitária animal e vegetal.

O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná - FUNDEPEC foi criado em 14 de novembro de 1995, reunindo instituições representativas de produtores rurais e da indústria, para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da pecuária, posteriormente estendido para a produção vegetal e viabilizar ações de defesa sanitária no Paraná.

Desde a sua criação, o FUNDEPEC tem atuado no sentido incorporar a iniciativa privada nas ações de defesa da agropecuária e de ajudar o Estado a modernizar o seu sistema de defesa sanitário, como se poderá verificar por este relato sucinto. A ação do FUNDEPEC foi crucial para a criação do CONESA, do reforço ao sistema de defesa do Estado, incluindo a contratação de novos técnicos e seu treinamento, na reciclagem dos técnicos mais antigos, na realização de uma série de seminários de conscientização e mobilização e no processo de obtenção do reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa.

A primeira ação efetiva do FUNDEPEC ocorreu em setembro de 1996, quando decidiu entrar com mandado de segurança contra o fechamento das divisas de Santa Catarina, quando este Estado e o Rio Grande do Sul se preparavam para efetuar a sorologia do seu rebanho para efeitos de reconhecimento como área livre de febre aftosa. A decisão foi tomada em face da não consulta ao setor privado para efetuar o fechamento da divisa e dos prejuízos que causariam aos produtores de gado de corte e suínos.

O ano de 2003 marcou o início da nova gestão no Governo do Estado. Assim, o FUNDEPEC-PR - preocupado em manter as ações de defesa sanitária, com vistas a sua solidificação e ampliação (por exemplo, a continuidade dos eventos que antecedem as campanhas de vacinação, para manter a mobilização dos criadores do Paraná em prol da sanidade) - mobilizou-se para inteirar os atuais administradores sobre todas as ações desenvolvidas nos exercícios anteriores, entre a iniciativa privada em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura.

Por convênio com a Secretaria da Agricultura, o FUNDEPEC-PR é o depositário do resultado da arrecadação de taxas destinadas ao pagamento de indenizações por sacrifício de animais em caso de ocorrência de doenças constantes na Resolução (SEAB) 097/2001 (de Febre Aftosa, Peste Suína Clássica, Doença de Newcastle e Doença de Aujeszky).

O FUNDEPEC-PR concentra seu empenho em ações que mantenham e fortaleçam a união de todas as entidades ligadas ao agronegócio, em sintonia com as prioridades do setor. Uma vez que a soma dos esforços entre todos os segmentos e as ações conjuntas da iniciativa privada e do poder público resultam na superação de desafios ainda existentes e na otimização de vantagens.

As principais deliberações do FUNDEPEC-PR foram:

- O Conselho Deliberativo do FUNDEPEC-PR reuniu-se para elaborar o documento “Proposta de Desenvolvimento do Agronegócio Paranaense” tendo como princípio estabelecer “planos diretores” por cadeias produtivas, para identificar as restrições particulares, sugestões sobre formas de superá-las e os mecanismos e meios a mobilizar para atingir os objetivos.
- Enfatizou-se a necessidade de que o Estado retomasse a sua condição de indutor de políticas e de investidor em serviços públicos essenciais, orientando a iniciativa privada no desenvolvimento de ações geradoras de emprego e renda, permitindo um desenvolvimento harmônico, sustentável e justo para vida das pessoas e o crescimento econômico e social.
- Resumidamente, o documento contempla propostas para ações do Governo Estadual e da representação da política estadual, diretamente junto ao Governo Federal - ou complementarmente para defender a economia estadual - e especificamente do Governo Estadual.

O documento foi encaminhado ao Governo do Estado, através de seu Vice-Governador e Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Orlando Pessuti - durante reunião do FUNDEPEC-PR, no dia 03 de fevereiro de 2003.

Dentro da ótica de defesa da sanidade e do agronegócio em prol dos produtores paranaenses, e considerando o papel primordial na condução das ações de defesa agropecuária e abertura de mercados da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária/MAPA, o FUNDEPEC-PR realizou, no mês de junho, uma Reunião de Trabalho com o Secretário Maçao Tadano.

Na ocasião, o Secretário Nacional elogiou o Estado do Paraná como sendo um exemplo para os demais Estados nas iniciativas e ações na área de sanidade. Em seu pronunciamento, discorreu sobre o combate à fraude no leite (MAPA/ Ministério da Justiça/Polícia Federal desenvolvendo um Programa de apreensão de cargas de leite com adulteração de qualidade ou de embalagem); sobre o SISBOV, tratando das auditorias nas Certificadoras; sobre a determinação do Presidente da República para o descontingenciamento de recursos para as questões sanitárias e de pesquisa - enfatizando que a sanidade é prioridade do Governo Federal ; sobre a intensificação de programas e ações com vistas à erradicação da Febre Aftosa do rebanho brasileiro; sobre a determinação para que haja continuidade nas parcerias - e celebração de novas - entre o MAPA e o Estado do Paraná.

Missões ao Exterior. Os produtores do Estado do Paraná vêm sendo cada vez mais competentes em mostrar competitividade, abrindo novos mercados e diversificando o destino dos produtos. Para alcançar esta abertura, principalmente do comércio europeu, houve necessidade de adequação às exigências da legislação européia para o comércio internacional.

Exemplo dessa adequação (na área pecuária), está sendo o registro do rebanho paranaense no SISBOV - Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (em âmbito nacional) e a criação e implantação do SERTSEAB - Programa Estadual de Rastreabilidade de Bovídeos (no Paraná).

De forma a poder orientar, participar e auxiliar no desenvolvimento das ações de ajuste e adequação aos requisitos do mercado internacional o FUNDEPEC-PR, com o fundamental apoio do sistema FAEP/Senar, organizou missões técnicas internacionais cujos objetivos principais foram a observação dos processos internacionais e a busca de subsídios para o entendimento de sua mecânica de funcionamento.

No mês de março, técnicos do Senar-PR, FAEP, APS, Defis/Seab, Sindicarne e Ocepar/Sudcoop, estiveram na Espanha para visitas em fábricas de ração, propriedades, abatedouros, indústrias e mercado distribuidor a fim de conhecer e estudar processo de rastreabilidade suína na Europa.

Os principais objetivos da missão foram:

- Preparar um grupo de pessoas na área, para que tenham conhecimento sobre quais as exigências do Mercado Europeu e como se desenvolve o Programa de Rastreabilidade Suína, em todas as suas etapas dentro da Cadeia Produtiva;
- Preparar um Programa de Rastreabilidade Suína para o Estado do Paraná atingir o mercado da União Européia com carne suína;
- Possibilitar à FAEP, através de sua Comissão Técnica de Suinocultura, a possibilidade de elaborar uma proposta semelhante à da carne bovina e - via FUNDEPEC-PR - enviá-la a Secretaria da Agricultura e, posteriormente, ao Conesa, fazendo sua parte na implementação de um Programa de Rastreabilidade Suína para o Paraná;
- Propiciar ao Senar-PR técnicos preparados para a elaboração de manuais, a fim de transferir - através de cursos - o conhecimento sobre Rastreabilidade Suína para todos os produtores do Paraná;

Alertar o governo do Estado para a necessidade de que o Programa de Rastreabilidade Universal da Agropecuária Paranaense avance mais e seja solidificado.

Em abril, o Diretor Executivo do FUNDEPEC-PR - Sr Antonio Leonel Poloni - esteve no Uruguai para participar do IMS/OPIC - Congresso Internacional de Carnes, a fim de trazer para o produtor paranaense informações sobre o mercado das carnes (principalmente bovina) no que se refere às posições de países do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) quanto à produção, comercialização e sanidade.

No evento, as lideranças empresariais dos quatro países membros do MERCOSUL discutiram ações conjuntas para solução definitiva do problema sanitário especificamente febre aftosa e, também, encaminharam propostas de negociações conjuntas no mercado internacional - tendo a iniciativa privada frisado a importância do suporte aos negociadores oficiais de cada país para que não aconteça mais a “solidão do negociador”.

Esses encontros, geraram um documento chamado “Declaración de Punta del Leste”, que foi discutido e redigido no dia 31 de março e tornado público no encerramento do Congresso. O referido documento, trouxe três posições importantes que estão afetas ao nosso Estado e País. A saber:

Reforçar a decisão (tomada pelos ministros em 2001) de que o PANAFTOSA deva realizar auditorias permanentes sobre o status sanitário nos quatro países membros;

Em função das grandes negociações comerciais que virão pela frente junto a ALCA, OMC, UE, MERCOSUL, CAIRNS, etc. propôs-se a criação de um Comitê Permanente de Apoio aos negociadores oficiais de cada país e em cada Fórum, mas, com uma visão macroeconômica do MERCOSUL;

Sendo de consenso a necessidade de dotar um maior valor agregado ao produto, considerou-se fundamental a criação de um Sistema de Informação Estatístico Regional (Banco de dados), envolvendo os quatro países membros, que seja objetivo e seguro (confiável).

No mês de maio, técnicos da FAEP, FUNDEPEC-PR, Conesa, Defis/Seab e Emater-PR, participaram na França da 71ª Sessão Geral Anual do Comitê Internacional - Organização Internacional de Epizootias/OIE que é o grande fórum internacional das maiores e mais importantes decisões na área sanitária que influenciam diretamente a produção e comercialização pecuária.

Nesta Reunião, as principais resoluções foram:

- A OMC terá que respeitar as decisões da OIE;
- Definição de novas regras para a abertura de mercados pela OIE;
- Solicitação de vários países para que a OIE desenvolva programas de sanidade específicos para países em desenvolvimento;
- Apresentação e Discussão sobre a Análise Econômica para Definir Programas de Saúde Animal, com ênfase nas perdas decorrentes:
 - a) Perdas Diretas - animais/humanos
 - b) Perdas Indiretas - imagem do paísreversão dos investimentos impacto no comércio (perdas financeiras e de oportunidades)

Ainda em maio, aconteceu na Espanha o curso que foi desenvolvimento da ação prevista no Anexo II do Convênio de Colaboração Institucional firmado entre Tecpar e a INTERVAC (Espanha) tendo como intervenientes FAEP, Ocepar e SEAB, visando a formação de auditores e/ou especialistas no tema “Certificação de Carne Bovina”. O qual ocorreu em duas fases: a primeira no Brasil (Curitiba - PR) e a segunda na Espanha - em que houve a aplicação prática dos conceitos teóricos adquiridos na Fase I. Deste, participaram técnicos da FAEP, Senar-PR, Ocepar, Tecpar e Seab.

Os objetivos principais deste trabalho de parceria Brasil/Espanha:

- Preparar técnicos para que contribuam no sentido de elaborar manuais e organizar cursos para os pecuaristas do Estado, a fim de transmitir conhecimentos sobre:
 - O que é Certificação e como é feita;
 - Quais as vantagens de certificar um produto cárneo, para o mercado e para o produtor;
 - Complementação para todo o processo de formação e gestão de propriedades que o Senar-PR está desenvolvendo no setor;
 - Habilitar técnicos aptos a orientar, discutir, opinar e coordenar tecnicamente os trabalhos nessa área - tão importante para o desenvolvimento da pecuária paranaense ;
 - Contribuir para que o Tecpar seja uma Certificadora de produtos cárneos, com reconhecimento internacional.

Em setembro, a convite do Ministério da Agricultura, da Alimentação, da Pesca e dos Negócios Rurais da França - por indicação da ADEPTA (Association pour le Développement des Échanges Internationaux de Produits et Techniques Agro-Alimentaires) e pela própria ONUDI - o Sr Antonio Leonel Poloni, Diretor Executivo do Fundepec-Paraná, esteve na França para participar da SPACE (Salon de L' élevage et de la Production Animale).

A Feira SPACE é a maior oportunidade de encontrar reunidos em um único local as grandes, médias e pequenas empresas do agronegócio, não só da França como de toda a Europa.

A participação foi organizada visando contatos para as prioridades do produtor paranaense, contando com uma conferência ministrada pelo diretor executivo do Fundepec para empresários franceses que têm parceria comercial com o Paraná, a pedido dos mesmos e da coordenação do Salão. Mostrou-se a forma como o Paraná vem se organizando no setor, começando pelo fortalecimento da profissionalização do agricultor e do trabalhador rural, a fim de que o mesmo possa viabilizar sua atividade ou função.

No mês de novembro, estiveram na França representantes da - FAEP, Senar-PR, FUNDEPEC-PR, Ocepar, Cooperativa Agrária Mista Entre Rios, Cooperativa Agropecuária Castrolanda e Tecpar, numa Missão que objetivou:

Integrar e solucionar os problemas de desenvolvimento do “Projeto DELTA”, entre o Paraná e a França; o Projeto Delta visa a criação de um selo de qualidade conjunto para produtos alimentícios entre cooperativas do Paraná e da França;

Conhecer os processos de profissionalização de agricultores na França;

Ver as possibilidades de exportação de produtos diferenciados (ex: frutas) no Mercado Europeu;

Papel do Porto de Nantes e Saint Nazaire nas importações do Paraná e sua forma de atuar na cadeia produtiva;

Conhecer o funcionamento da ONUDI (Organisation des Nations Unies pour le Developpement Industriel).

No ano de 2004 a ação do FUNDEPEC - PR, foi crucial para a criação do CONESA, do reforço ao sistema de defesa do Estado, incluindo a contratação de novos técnicos e seu treinamento, na reciclagem dos técnicos mais antigos, na realização de uma série de seminários de conscientização e mobilização e no processo de obtenção do reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa.

O FUNDEPEC-PR, exercendo suas funções, iniciou o ano com um alerta/apoio ao Governo do Estado sobre a necessidade da contratação de técnicos (veterinários, agrônomos e técnicos agrícolas) para fortalecer o setor de defesa agropecuária. Tal ação culminou com a contratação de cerca de cem técnicos no mês de outubro/2004.

Atento às questões econômicas do setor pecuário, o FUNDEPEC-PR desenvolveu um trabalho de Análise de Risco Econômico Sanitário, demonstrando em números o valor das perdas no Estado e no País no caso de uma ocorrência sanitária.

Tal estudo foi encaminhado em expediente ao Governo do Estado do Paraná e à Presidência da República. De modo a que o Programa Estadual de Rastreabilidade pudesse ser definitivamente implantado no Paraná, o FUNDEPEC-PR com suas entidades componentes, supriram as necessidades físicas e humanas necessárias à estruturação do setor de defesa da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAB.

No setor da suinocultura, o FUNDEPEC-PR cumprindo sua função - procedeu ações indenizatórias derivadas da Doença de Aujeszky. Tal ocorrência desencadeou um movimento mais forte do setor - em conjunto com o FUNDEPEC-PR no sentido de ampliar o seu Fundo de Segurança.

Em setembro, quando da participação no Congresso Mundial de Rastreabilidade em São Paulo, foi possível constatar a justeza e acerto de todas as medidas que a entidade vem desenvolvendo na busca de ações conjuntas entre os setores público e privado, as quais entende como o melhor caminho a seguir na geração de desenvolvimento.

Finalmente, o FUNDEPEC-PR está encerrando o ano de 2004 com um saldo superior a 15,5 milhões de reais em seu balanço, isto é o resultado da aplicação dos recursos gerados pelo recolhimento de taxas sanitárias e repassados pela SEAB, conforme prevê o convênio celebrado entre o FUNDEPEC - PR e a SEAB, estabelecido pela Resolução Estadual 097/02, renovando por mais 5 anos em dezembro.

No ano de 2005 o FUNDEPEC-PR - preocupado em manter as ações de defesa sanitária, com vistas a sua solidificação e ampliação (por exemplo, a continuidade dos eventos que antecedem as campanhas de vacinação, para manter a mobilização dos criadores do Paraná em prol da sanidade) - mobilizou-se para inteirar os atuais administradores sobre todas as ações desenvolvidas nos exercícios anteriores, entre a iniciativa privada em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura.

Com o término do convênio, assinado em 13/10/1999 entre a SEAB e o FUNDEPEC-PR, que estabelecia parceria para assegurar o apoio institucional e financeiro para o bom desempenho das ações de defesa sanitária animal, iniciaram-se as ações com o atual governo, onde culminou com a assinatura de um novo convênio, com vigência de 05 (cinco) anos, este convênio foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 27/12/2004, o que possibilitou a continuidade da parceria público-privada na área de defesa sanitária.

O FUNDEPEC-PR concentra seu empenho em ações que mantenham e fortaleçam a união de todas as entidades ligadas ao agronegócio, em sintonia com as prioridades do setor. Uma vez que a soma dos esforços entre todos os segmentos e as ações conjuntas da iniciativa privada e do poder público resultam na superação de desafios ainda existentes e na otimização de vantagens.

As principais deliberações do FUNDEPEC-PR foram: - Proposta à SEAB, através do ofício nº 003/05, de 21/02/2005, para reorganização e institucionalização dos conselhos

de sanidade municipais, sugerindo que a diretoria dos CSA's Municipais e/ou Intermunicipais tenha a seguinte composição: - Presidente e vice - eleitos entre representantes da iniciativa privada local; Secretário e suplente - indicados pelo setor de defesa agropecuária oficial do estado do Paraná; Diretor de Mobilização - sempre o Secretário Municipal de Agricultura e/ou correlato. Do município sede do CSA quando for Municipal e de um dos municípios componentes quando for INTERMUNICIPAL; No caso da suplência do Diretor de Mobilização, este será um técnico do setor agropecuário do município quando o CSA for MUNICIPAL e um Secretário de um dos municípios quando for INTERMUNICIPAL.

Devem fazer parte dos Conselhos representantes de sindicatos rurais e de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de produtores, associações de profissionais do setor sanitário animal e vegetal, sociedades rurais, da sociedade civil (clubes de serviço, associações comerciais, igrejas e outras instituições que possam colaborar para a conscientização e concretização de ações). O Estado participará através de técnicos do DEFIS e da EMATER e do Ministério Público.

Os CSAs tiveram como grande objetivo a Sanidade Animal e Vegetal, devendo ter ação concreta, promovendo reuniões de produtores para alertar para a necessidade de vacinações e de controle de pragas e doenças e atuando diretamente nas vacinações e na fiscalização, especialmente nos municípios de menor desenvolvimento e de maior carência no que diz respeito ao sistema de defesa e de controle.

Para a implementação do projeto de institucionalização dos CSAs sugerimos que fossem realizados duas modalidades de seminários:

dirigido à todos os técnicos da defesa sanitária e chefes de Núcleo Regionais, visando um trabalho forte de conscientização interna - o que imperativo para o sucesso do trabalho no campo;

Seminários regionais com a participação de dirigentes do Estado, dos organismos que fazem parte do FUNDEPEC, do CONESA, dos prefeitos e secretários da Agricultura municipais e dos dirigentes dos CSAs. - Ofício nº 015/05, de 25/10/2005, encaminhado para o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitando ao Governo Federal tratamento equânime entre os Estados no que diz respeito aos recursos destinados à segurança sanitária e às indenizações pelo sacrifício de animais para debelar surtos de febre aftosa, solicitando que o Governo Federal negocie com os países limítrofes medidas de sanidade animal, principalmente com aqueles cujas fronteiras secas são uma porta de entrada fácil para doenças que podem criar embaraços ao nosso comércio, a exemplo do que já foi realizado em relação à Bolívia, com intervenção conjugada do Ministério da Agricultura, Secretarias da Agricultura de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além das Federações da Agricultura e das Administrações Regionais do Senar. -

Com o anúncio da suspeita de focos da febre aftosa no noroeste do Paraná, dia 21 de outubro, o FUNDEPEC-PR realizou reunião dia 24/10/2005 para analisar a situação e, no dia 21 de dezembro, em face da não solução do problema, decidiu enviar o ofício nº 020/05, ao Vice-Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná, considerando:

1. A ocorrência da doença no Estado do Paraná, para efeito do código sanitário para animais terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) é fato consumado, uma vez que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil já comunicou oficialmente o fato àquela organização;
2. Os procedimentos recomendados no referido código sanitário, capítulo 2.2.10 - febre aftosa, levam a duas alternativas para a recuperação do status sanitário anterior ao evento, com os respectivos prazos: 6 meses depois do último caso, se for aplicado o sacrifício sanitário, a vigilância sorológica e a vacinação em caso de emergência conforme ao disposto no anexo 3.8.7, sempre e quando os inquéritos sorológicos baseados na detecção de anticorpos contra proteínas não estruturais do vírus de febre aftosa demonstrem a ausência de circulação do vírus, ou 18 meses depois do último caso, se não se aplica o sacrifício sanitário, porém foi efetuada a vacinação em caso de emergência e a vigilância sorológica, conforme o disposto no anexo 3.8.7., sempre e quando a vigilância sorológica baseada na detecção de anticorpos contra proteínas não estruturais do vírus da febre aftosa demonstrem a ausência de circulação do vírus.

Frente a tal situação, qualquer medida protelatória seja ela administrativa, política ou judicial interna no país, se tornará inócua sob o aspecto de reconhecimento sanitário internacional e altamente prejudicial quanto a expectativa de recuperação da credibilidade comercial brasileira; As entidades componentes do FUNDEPEC-PR resolveram, por unanimidade, recomendar ao Governo do Estado a adoção das medidas preconizadas pela OIE, mesmo que envolva o sacrifício sanitário dos animais, com intuito de estancar com a maior brevidade os incalculáveis prejuízos que estão sofrendo as cadeias produtivas de carnes bovina, suína, avícola e lácteos.

Missões no Exterior. Os produtores do Estado do Paraná vêm sendo cada vez mais competentes em mostrar competitividade, abrindo novos mercados e diversificando o destino dos produtos.

Para alcançar esta abertura, principalmente do comércio europeu, houve necessidade de adequação às exigências da legislação europeia para o comércio internacional. De forma a poder orientar, participar e auxiliar no desenvolvimento das ações de ajuste e adequação aos requisitos do mercado internacional o FUNDEPEC-PR, com o apoio do sistema FAEP/Senar, organizou missões técnicas internacionais cujos objetivos principais foram a observação dos processos internacionais e a busca de subsídios para o entendimento de sua mecânica de funcionamento.

O FUNDEPEC-PR, em parceria com a FAEP compareceu aos principais eventos internacionais no ano 2005 relacionados com a Defesa e Vigilância Sanitária Animal participando como observadora em reuniões, como: XXXIIª Reunião Ordinária da Comissão Sul-americana de Luta Contra a Febre Aftosa (COSALFA) e Seminário Internacional: Lima no Peru (2005).

Reuniões coordenadas pelo Centro Pan-americano de Febre Aftosa - PANAF-TOSA, quando se tratou especificamente das estratégias e execução dos projetos de erradicação da doença nos países onde ainda ocorre a atividade viral e a manutenção dos status de áreas livres e foi analisado o progresso conquistado em relação à conservação das regiões tradicionalmente livres e de zonas ou países, recém reconhecidos, os progressos

obtidos na atuação do GIEFA (Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa), como resultado da Conferência de Houston, reformulação do plano de ação para o período de 2005-09 na erradicação da febre aftosa na América do sul, salientando o reconhecimento de uma área do Peru, livre sem vacinação, compreendendo a maior parte da população bovina e de camelídeos do país. 10ª Reuniões do Comitê Hemisférico para a Erradicação da Febre Aftosa (COHEFA), 4ª Reuniões da Comissão Pan-americana de Inocuidade dos Alimentos (COPAIA) e 13ª Reunião Internacional de Saúde e Agricultura (RIMSA). na Cidade do México (2005).

Reuniões coordenadas pela Organização Pan-americana de Saúde, onde foram tratados os aspectos de segurança alimentar e o comércio entre países, a erradicação de doenças do Hemisfério como a febre aftosa, a saúde dos rebanhos, o bioterrorismo e a saúde humana. Foram reavaliadas as ações de manutenção de países livres de febre aftosa sem vacinação nas Américas do Norte e Central e o Caribe.

A preocupação com as regiões endêmicas da América do Sul como Equador, Paraguai, Bolívia, Venezuela e Amazônia. O papel do GIEFA - Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa na coordenação e apoio aos programas nacionais de erradicação. A preocupação com os recursos que financiam as ações de erradicação e manutenção das zonas ou países livres. 73ª Sessão Geral do Comitê Internacional da Organização Mundial De Saúde Animal (OIE). No ano 2005 em maio . Paris - França. Em 2003 os principais temas analisados, foram: - a aplicação da análise econômica na definição das políticas de saúde animal, - a regionalização como instrumento destinado a prevenir a propagação das doenças animais e - a vacinação como ferramenta utilizável contra a influenza aviária.

Em 2004, a OIE tratou os seguintes temas técnicos: - Doenças Zoonóticas Emergentes e Reemergentes: Desafios e Oportunidades; - Identificação Animal e Rastreabilidade.

As principais resoluções aprovadas, foram: - Criação de um Fundo Mundial para a Saúde e Bem Estar dos Animais; - Segurança Sanitária dos Alimentos Derivados da Produção Animal “Boas Práticas Pecuárias e - em Estar dos Animais. No ano de 2005 o fato marcante para o Brasil foi a inclusão do Estado do Acre na zona livre de febre aftosa com vacinação, acompanhado dos municípios limítrofes do Estado de Amazonas, ampliando consideravelmente a área livre brasileira.

Em relação a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), a OIE reclassificou os países membros conforme o risco que poderá aparecer em seus territórios. Assim, apenas 4 países alcançaram a melhor posição: países provisoriamente livres da EEB: Argentina, Islândia, Singapura e Uruguai. Pelo fato de ter importado em determinadas épocas, animais para reprodução originados de países afetados, o Brasil mereceu a classificação de: país com certo risco de apresentar a EEB. Congresso Nacional de Aftosa 2005. 1º de abril de 2005, em Rio Cuarto - Província de Córdoba - Argentina.

O FUNDEPEC-PR em parceria com a FAEP representou o Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC) naquele congresso, organizado pela Sociedade Rural de Rio Cuarto - Córdoba, com o objetivo de conhecer a evolução dos programas nacionais de erradicação da febre aftosa e a potencialidade da pecuária dos países membros do Mercosul Ampliado: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Por último, foi defendida a idéia que a iniciativa privada destes países deve se unir para transformar a Região num bloco produtor de alimentos com similaridade e uniformidade nos sistemas de controle das enfermidades e na qualidade dos alimentos, de uma forma competitiva visando atingir os mercados consumidores em outras partes do planeta. Reuniões do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM), Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul (CVP), Comissão de Saúde Animal (CSA). Santa Cruz de la Sierra - Bolívia.

A FAEP em parceria com o FUNDEPEC-PR, representando a CNA, agora tem um representante na Comissão de Saúde Animal do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul, indicado pela CNA o qual compareceu a 4ª Reunião na Bolívia (2005). O foco principal do evento foi o ressurgimento da febre aftosa na fronteira entre o Paraguai e o Mato Grosso do Sul quando foi mais estimulada a aplicação do “Programa de Ação MERCOSUL livre de Febre Aftosa” que deverá incorporar um conteúdo sócio-econômico-sanitário na América do Sul, com uma reafirmação do papel do produtor neste programa e que deverá também um forte conteúdo de educação sanitária.

No ano de 2006. O FUNDEPEC-PR participou ativamente das negociações e pressões destinadas a acelerar os procedimentos para que o Paraná possa retornar ao status de área livre de aftosa. No final de 2005, o FUNDEPEC-PR encaminhou documento à Secretaria da Agricultura e ao Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária - CONESA, instando as autoridades a levarem a cabo o sacrifício dos animais das fazendas onde havia sido decretado foco de aftosa. No início de janeiro, em reunião do CONESA convocada para deliberar sobre o sacrifício, os membros do FUNDEPEC-PR foram unânimes em votar pelos abates sanitários imediato, embora o CONESA não seja um órgão deliberativo, mas meramente consultivo. Nessa reunião, a maioria das autoridades estaduais membros do conselho ou se abstiveram ou estiveram ausentes, persistindo desta forma na posição contrária às regras internacionais e laborando contra o desenlace mais rápido pela crise. Pela grande maioria, o CONESA optou pelo sacrifício sanitário dos animais.

Em 27 de janeiro o FUNDEPEC-PR realizou reunião para avaliar o quadro sanitário animal no Estado do Paraná, quando assumiu posição de exigir do governo o cumprimento imediato dos seguintes compromissos:

emissão imediata pelo MAPA, da ordem de sacrifício dos animais tão logo o produtor retire a ação judicial;
constituir as duas comissões de avaliação do MAPA e da SEAB com os mesmos técnicos;
elaboração da avaliação imediatamente após a emissão da ordem de sacrifício dos animais;
MAPA liberar recursos para o Paraná para a indenização ao produtor rural tão logo os laudos de avaliação sejam elaborados;
com o propósito de evitar informações inverídicas publicadas na imprensa, centralizar a divulgação de informações somente pela SEAB.

Em 16 de fevereiro os membros do conselho deliberativo se reuniram para discutir o sacrifício sanitário dos animais do foco de febre aftosa e a responsabilidade dos governos federal e estadual em relação a ocorrência de febre aftosa no Paraná. Foi aprovada a elaboração de uma nota técnica que trata da negligência dos governos

estadual e federal em relação a febre aftosa e as conseqüências desastrosas à economia paranaense.

Em 13 de março o FUNDEPEC-PR analisou e apresentou sugestões ao Projeto de Instrução Normativa que aprova o Plano Nacional de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle e de prevenção da influenza aviária - Portaria nº 48/SDA, de 17/02/2006. As sugestões encaminhadas ao Ministério da Agricultura foram recomendadas pelos Conselho Técnico do FUNDEPEC-PR.

Em reunião dia 29 de março o FUNDEPEC-PR analisou os processos de indenização aos produtores, devido ao abate sanitário, quando autorizou o pagamento de 50% do total das indenizações.

Em outubro de 2006, o FUNDEPEC-PR analisou a situação de liberação do Estado do Paraná como área livre de febre aftosa com vacinação, em conjunto com técnicos da SEAB e MAPA onde foram apontadas as exigências da OIE para recuperação da área livre de febre aftosa e também, medidas governamentais que devem ser adotadas para resolver as questões sanitárias do Estado. Discutiu-se também procedimentos sobre a segunda etapa da campanha da vacinação da febre aftosa, quando foi sugerido ao Governo do Estado ampliação da parceria com a iniciativa privada para mobilizar os CSA's.

Em 13 de novembro o Conselho reuniu-se para eleger e dar posse a nova diretoria para o triênio 13/11/2006 a 13/11/2009 que é composta pelos seguintes membros:

Conselho Deliberativo - Presidente/Faep - Ágide Meneguette; 1º Vice-Presidente/Sindileite - Wilson Thiesen; 2º Vice-Presidente/Sindicarne - Péricles Pessoa Salazar.

Membros Titulares: Victor Evandro Bertol/Apavi; Romeu Carlos Royer/Aps; João Paulo Koslovski/Ocepar; Ugo Erminio Rodacki/Fepac; Rogério Berger/Spgcgl-Pr; Nélio Ribas Centa/Apcbrh; Domingos Martins/Avipar; Ivo Almeida/Abupar.

Membros Suplentes: Nelson Costa/Ocepar; Ronei Volpi/FAEP; Dick Carlos de Geus/Sindileite; Gustavo F. Fanaya Dluhosch/Sindicarne; Claudio Cesar Casagrande/Apavi; Irineu Wessler/APS; Vicente Barbosa Miranda/SPGCGL-PR; Altair Antonio Valloto/APCBRH; David Thiesen/ABUPAR; Lício Isfer/FEPAC; Ícaro Waldamir Fiechter/AVIPAR.

Conselho Fiscal: Romeu Carlos Royer/APS; Nélio Ribas Centa/Apcbrh; João Paulo Koslovski/Ocepar.

Membros Suplentes: Ugo Erminio Rodacki/Fepac; Domingos Martins/Avipar; Paulo Buso Junior/SPGCGL-PR

Foi reconduzido ao cargo de Diretor Executivo do FUNDEPEC-PR, o senhor Antônio Leonel Poloni, com suporte administrativo do Sr. Vicente Barbosa Miranda, Secretário Geral da FAEP.

INDENIZAÇÕES

Como estavam ocorrendo medidas judiciais para impedir os abates, o FUNDEPEC-PR realizou reunião com pecuaristas interessados na tentativa de demovê-los das ações judiciais e demonstrando a capacidade do fundo de indenizar a sua parte - 50% do valor dos animais - aos fazendeiros que tiverem seus animais sacrificados.

Após a realização dos abates, por determinação da Secretaria da Agricultura e depois de atendidas as exigências legais, o FUNDEPEC-PR indenizou os pecuaristas com a sua parte equivalente a 50% do valor do rebanho, cabendo ao Ministério da Agricultura arcar com a outra parte.

Foram indenizados os produtores abaixo, perfazendo um total de R\$ 2.341.952,64 (dois milhões, trezentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos):

ofício GS/0164/06 - produtor: Orlando Meirelles Didier - Valor R\$ 74.419,20;
ofício GS/0165/06 - produtor: Wilson de Matos Silva - Valor R\$ 44.832,00;
ofício GS/0166/06 - produtor: José Moacir Turquino - Valor R\$ 27.990,24;
ofício GS/0167/06 - produtor: Bruno Alexandre Von Der Leyen - Valor R\$ 13.536,00;
ofício GS/0174/06 - produtor: André Cristiano Muller Carioba Ardnt - Valor R\$ 645.816,00;
ofício GS/0185/06 - produtor: Otávio Ricardo Rodrigues do Amaral - Valor R\$ 921.188,64;
ofício GS/0186/06 - produtor: Jonas Andrade Goes - Valor R\$ 614.170,56.

O FUNDEPEC-PR como fiel depositário do resultado da cobrança de taxas de acordo com a resolução nº 72, de 2000, o FUNDEPEC-PR mantém conta bancária/aplicações financeiras, recursos estes que só podem ser utilizados em indenizações a produtores, conforme convênio firmado com a Secretaria da Agricultura. Finalizamos este exercício com aplicação financeira de R\$ 21.638.398,68 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos):

O FUNDEPEC-PR em parceria com as demais entidades participou de eventos internacionais e nacionais em 2006, referentes à Defesa e Vigilância Sanitária, tais como:

XXXIII COSALFA - Comissão Sul-Americana de Luta contra a Febre Aftosa, realizada em Guayaquil - Equador, de 03 a 07 de abril de 2006. Coordenada pelo PANAFTOSA, onde saiu recomendação para fortalecer as ações de campo para que o sistema de alerta detecte e comunique as suspeitas de doenças, com o envolvimento de todos os atores sociais e principalmente os veterinários do setor privado; desenvolver processos de monitoramento de vacinação e de avaliação da cobertura imunitária.

74ª Sessão Geral do Comitê Internacional da OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) - Paris - França, de 21 a 26 de maio de 2006, durante o qual foi comunicada a perda do status do Paraná como área livre de aftosa, juntamente com Mato Grosso do Sul.

Seminário Interamericano de Saúde Pública Veterinária - PANAFTOSA/OPAS - 27 a 28 de abril de 2006 - Uberaba - MG, onde o foco principal foram as barreiras e desafios para a expansão da América do Sul como pólo supridor de carnes de qualidade para o

Mundo, Febre Aftosa, Saúde Pública Veterinária e fortalecimento dos Serviços de Defesa Veterinária para cumprir as metas do Plano Hemisférico de Febre Aftosa e de outras doenças em Saúde Pública.

Reunião Conjunta Brasil / Paraguai / Bolívia. GIEFA - Grupo Interamericano para a Erradicação da Febre Aftosa - 31/08 a 01/09/2006 - Pedro Juan Caballero - Paraguai.

Participaram representantes dos governos e do setor privado brasileiro, paraguaio e boliviano. Concluíram o detalhamento e a atualização do Orçamento das Ações para a Erradicação da Febre Aftosa nas áreas endêmicas de fronteiras consideradas como prioritárias no Plano GIEFA/PHEFA, incluindo as ações, seus custos e cronograma de execução. Do estado do Paraná, apenas o representante da FAEP compareceu a reunião quando se limitou a informar a necessidade para atender a fronteira com o Paraguai (Rio Paraná), uma vez que ainda não houve progressos entre o MAPA e o SENACSA.

III Congresso Latino-Americano de Suinocultura - 25 a 27 de outubro de 2006 - Foz do Iguaçu - PR

O evento mostrou o progresso e a importância da suinocultura como fonte de proteína animal para o ser humano.

Paralelamente ao congresso ocorreu também a Pork Expo 2006, feira que mostrou o avanço de equipamentos e técnicas para obter maiores rendimentos na produção da carne suína, compreendendo a nutrição, o conforto animal, a sanidade e a preservação do meio ambiente.

As conferências abrangeram temas de Sanidade: onde foram abordadas principalmente as enfermidades entéricas e respiratórias. Nutrição: mineralização, utilização de aminoácidos, vitaminas, fitoterápicos. Reprodução: abordados a infertilidade, manejo das matrizes, inseminação artificial. Economia: ressaltados: o crescimento da produção suínica, os modelos de comercialização da carne, o panorama mundial da produção e consumo nos principais mercados presentes e futuros.

18ª Conferencia da Comissão Regional da OIE para as Américas - 28 de novembro a 02 de dezembro de 2006 - Florianópolis - SC, foram discutidos dois temas técnicos: Mecanismos de Indenização para Criadores e Bem Estar Animal nas Américas.

Frente ao impacto significativo das enfermidades emergentes e reemergentes em saúde pública e nas economias rurais e nacionais, o Diretor Geral da OIE salientou que os Serviços Veterinários são reconhecidos atualmente como um bem público mundial. Portanto, o fortalecimento deles através do uso da ferramenta Desenvolvimento, Visão e Estratégia - DVE deve-se considerar uma prioridade para as inversões públicas a nível mundial.

Desta conferência sairá uma recomendação para a adoção do conceito de regionalização dos status sanitários, medida que beneficiará países como o Brasil que possui um extenso território. Esta recomendação será submetida a OIE durante a Sessão Geral de maio de 2007.

Reunião Técnica da Zona Livre de Febre Aftosa - 20 e 21 de fevereiro de 2006 - Cuiabá - MT.

Participaram o MAPA, os serviços veterinários e o setor privado de todos os Estados pertencentes à área livre de febre aftosa, antes do aparecimento da febre aftosa no Mato Grosso do Sul e no Paraná. Cada um relatou as providências tomadas para a erradicação dos focos. Os demais apresentaram os trabalhos de manutenção da área livre, bem como as estratégias de vacinação visando atingir a cobertura de 100% dos rebanhos. A partir daí, estabeleceram metas para serem cumpridas nos próximos meses, localização de recursos e meios, lembrando que a meta da erradicação será no final de 2009. O Paraná recebeu a recomendação de sacrificar os bovinos das propriedades foco o mais rápido possível para não comprometer o PNEFA.

Reuniões do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte - CNA - Brasília - DF.

O FUNDEPEC-PR em parceria com a FAEP participou de todas as reuniões onde foram tratados assuntos como a cartelização das indústrias frigoríficas, principalmente as exportadoras. A rastreabilidade foi muito debatida quando o setor privado forneceu inúmeros subsídios para atualizar o SISBOV. Ações para a redução de PIS/CONFINS sobre os insumos pecuários e demais produtos da cadeia produtiva da carne bovina. Participa atualmente do Grupo de Trabalho para a normatização de procedimentos para a toalete de carcaças bovinas. Análise de diversos projetos de Instruções Normativas do MAPA como a de exportação de bovinos vivos.

Curitiba, 01 de março de 2007.

Ágide
Presidente do Conselho Deliberativo.

Meneguette,